



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

TERMO DE CONTRATO N.º 035/2018

TERMO DE CONTRATO Nº 035/2018, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO E A EMPRESA COSTA CAMARGO COMERCIO DE PRODUTO HOSPITALARES LTDA.

O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida José Grilo, nº 426, Centro, Conceição do Castelo, ES, CEP 29.370-000, inscrito no CNPJ sob o nº 27.165.570/0001-98, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **CHRISTIANO SPADETTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida José Grilo, nº 794, Centro, Conceição do Castelo, ES, CEP 29.370-000, inscrito no CPF sob o nº 003.755.567-70 e no RG sob o nº 961351-ES, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** com sede na Rua José Oliveira de Souza, nº 300, Bairro Pedro Rigo, inscrita no CNPJ sob o nº. **14.733.777/0001-70**, representado pela Secretária Municipal de Saúde a Senhora **SANDRA REGINA LUPIM SANTOS**, brasileira, residente e domiciliada na Av. José Grilo, S/N, Apt. 305, Edifício Maria de Oliveira Pinto, Centro, Conceição do Castelo, ES, portadora do **CPF nº. 003.305.357-44 e RG 062521604 IFP RJ**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa a empresa **COSTA CAMARGO COMERCIO DE PRODUTO HOSPITALARES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no **CNPJ sob o nº. 36.325.157/0001-24**, com sede na Juiz Alexandre Martins de Castro Filho, nº 08, Itapoã, Vila Velha-ES, CEP: 29.101-016, por seu representante legal, o Senhor **FELIPPE DAVID MELLO FONTANA**, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado na Av. Antônio Gil Veloso, N° 1564, Aptº. 1002, Birro Praia da Costa, Vila Velha - ES, CEP 29.101-016, portador do CPF **057.054.937-03** e do RG **1.722.479-SSP/ES**, considerando o Processo n.º 1.760/2018, que instrui a ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 013/2017, DO MUNICIPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE, ES, e com fulcro nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02 e suas alterações posteriores, resolvem de comum acordo celebrar este CONTRATO, que reger-se-á pelas seguintes Cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1– Este CONTRATO tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

1.2 - Descrição dos produtos

Item	Lote	Especificação	Unidade	Unitário	Quant.	V. total
001	00006	ACIDO VALPROICO 250MG	CP	0,270	25.000	6.750,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 – O valor global a ser pago por este CONTRATO é de **R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais)**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO

3.1 – Os preços do objeto deste CONTRATO manter-se-ão fixos e irredutíveis pelo período de sua vigência.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1 – O prazo de duração do presente CONTRATO terá início em **18 de abril de 2018**, encerrando-se em **31 de dezembro de 2018**.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 – As despesas decorrentes do presente CONTRATO correrão à conta da

Dotação Orçamentária abaixo relacionada:

017001 - Secretaria Municipal de Saúde; Ficha – 0051; Fonte de Recurso - 12010000/12030000/12990000.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1-COMPETE A CONTRATADA:

- a) Realizar a entrega dos medicamentos de acordo com a solicitação do Fundo Municipal de Saúde;
- b) Garantir a qualidade dos medicamentos e produtos médicos hospitalares a serem adquiridos.
- c) entregar o objeto de acordo com as condições e prazos propostos neste Termo de Referência e nas condições dos Contratos a serem firmados e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período da vigência;
- d) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- e) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII,



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

do artigo 55, da Lei Nº 8.666/93 e alterações;

f) garantir a execução qualificada do contrato durante o período de vigência.

6.2 - COMPETE À CONTRATANTE:

a) efetuar o pagamento após a entrega do objeto em caso de aceitabilidade;

b) definir o local para entrega;

c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 2 dois membros, na hipótese do parágrafo 8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93) responsável pelo acompanhamento e fiscalização na entrega do objeto.

CLÁUSULA SETIMA - DO ATESTADO DE EXECUÇÃO E DA ENTREGA

7-1 A entrega dos medicamentos deverá ocorrer em até 10 (dez) dias corridos após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pela Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo, ES, de acordo com as necessidades da Farmácia Municipal nos segmentos Atenção Primária e Hospital Municipal Nossa Senhora da Penha no período de vigência dos Contratos.

7.2- Os medicamentos e materiais deverão ser entregues nas conformidades do Contrato, no almoxarifado central da Secretaria municipal de saúde anexo a Unidade Dr. Nilzio Jose da Silva localizado a Rua Jose Oliveira de Souza nº 300 Bairro Pedro Rigo, no horário de 08h00min às 15h30min horas de segunda a sexta-feira. Sábados, domingos e feriados não serão aceito entregas.

7.3. O prazo máximo estabelecido no item anterior poderá ser, prorrogado uma única vez a critério da administração, sob pena de decair o direito à contratação e de serem aplicadas as sanções previstas neste edital.

O objeto do contrato será recebido das seguintes formas (conforme o caso):

7.4. Provisória, mediante recibo, imediatamente após a entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;

7.5. Definitiva, mediante recibo, em até dez dias úteis após o recebimento provisório, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.

7.6. Os produtos entregues em desconformidade com o especificado no instrumento convocatório ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será obrigada a substituí-los no prazo estipulado pela Fiscalização, contado da data do recebimento de notificação escrita necessariamente acompanhada do Termo de Recusa de Material, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.

7.6.1. Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

7.7. Serão recusados apenas os itens que estiverem em desacordo com o a autorização de fornecimento.

7.8. Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de um a três dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados pela fiscalização.

7.9. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade do produto pelo prazo estabelecido na respectiva garantia pelo fabricante, e estará obrigada a substituir aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pela Contratante.

7.10. Os medicamentos e materiais deverão ter obrigatoriamente registro no Ministério da Saúde/ANVISA

7.11. Deverão ainda ser apresentado no momento da entrega:

- Certificado de boas pratica de fabricação e controle por linha de produção/produtos, emitido pela ANVISA vinculada ao Ministério da Saúde;
- Os medicamentos e materiais deverão ter validade mínima de 01 (um) ano no ato da entrega.

8 - CLAUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 - Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.1.1 - O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, designados pela autoridade competente.

8.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70, da Lei nº 8.666/93.

8.3 - O representante da Administração anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9 - CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 - Nos termos do que prescreve a Lei nº 8.666/93, os fornecedores que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a administração pública municipal e aos licitantes que



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

cometam atos visando frustrar os objetivos da licitação serão aplicadas advertências, multas, suspensão temporária, impedimento de licitar e/ou contratar e declaração de inidoneidade, sem prejuízo de outras providências de caráter administrativo e judicial visando reparação de eventuais danos;

9.2 - As condutas e as sanções a que estão passíveis os licitantes e/ou contratados são as seguintes:

- a) ADVERTÊNCIA no caso de descumprimento de normas de licitação ou de cláusulas contratuais e outras obrigações assumidas;
- b) MULTA MORATÓRIA de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da nota fiscal, por dia, limitada a 10% (dez por cento) no caso de atraso injustificado nos materiais/serviços licitados;
- c) MULTA COMPENSATÓRIA de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de descumprimento do Objeto;
- d) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA do fornecedor de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal por 3 (três) meses no caso de vencido o prazo da advertência e o licitante ou contratada permanecer inadimplente;
- e) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA do fornecedor de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal por 6 (seis) meses no caso de aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração e alteração da quantidade ou qualidade dos bens entregues;
- f) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA do fornecedor de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal por 12 (doze) meses no caso de retardamento imotivado da execução de obra, de serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens;
- g) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA do fornecedor de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal por 24 (vinte e quatro) meses no caso de: entregar como verdadeira mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada; paralisação de serviço, de obra ou de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração; praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da Administração Pública Municipal; sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo; apresentar documentação ou declaração falsa; falhar ou fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos privados;
- h) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir os prejuízos resultantes da sua conduta e depois



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

de decorrido o prazo das sanções de suspensão e impedimento aplicadas, no caso da CONTRATADA ter sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos privados.

9.3 - Na hipótese da aplicação de sanção ficará assegurado ao fornecedor o direito à ampla defesa;

9.3.1 - Ocorrendo a aplicação de sanção o fornecedor será notificado para apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação;

9.3.2 - No caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, o prazo para a defesa do fornecedor é de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da notificação;

9.3.3 - O desatendimento à notificação importa o reconhecimento da veracidade dos fatos e a preclusão do direito pelo fornecedor, implicando na imediata aplicação da sanção prevista em Lei e no edital;

9.3.4 - No exercício de sua defesa o fornecedor poderá juntar documentos e pareceres, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo;

9.3.5 - A Contratada incumbirá provar os fatos e situações alegadas e, sem prejuízo da autoridade processante, averiguar as situações indispensáveis à elucidação dos fatos e imprescindíveis à formação do seu convencimento.

9.4 - A aplicação de três advertências, seguidas de justificativas não aceitas, é causa de rescisão contratual, ficando a cargo da Administração decidir sobre a oportunidade e conveniência de rescindir;

9.5 - Na hipótese da aplicação de multa, em havendo garantia prestada, o valor será descontado desta;

9.5.1 - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a licitante ou contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, a partir do termo inicial, até a data do efetivo recolhimento, ao qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;

9.5.2 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega de material/serviços, se dia de expediente normal no órgão ou entidade interessada, ou do primeiro dia útil seguinte;

9.5.3 - A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções restritivas de direitos constantes deste Decreto.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

9.6 - Ocorrendo atraso injustificado na entrega do material/serviço licitado, a ordem de fornecimento ou contrato poderá ser cancelada ou rescindida, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada multa de acordo com a modalidade;

9.7 - Quando da aplicação de sanções em razão de apresentação documentação ou declaração falsa, falha ou fraude na execução do contrato, inidoneidade de comportamento e cometimento de fraude fiscal será feita comunicação ao Ministério Público para adoção de providências cabíveis no âmbito daquela instituição;

9.8 - Independentemente das sanções administrativas cabíveis, a licitante ou contratada ficará, ainda, sujeita à responsabilização pelo pagamento das perdas e danos causados à Administração Municipal ou a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 – Pela inexecução total ou parcial deste CONTRATO, a CONTRATANTE aplicará a CONTRATADA, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula anterior, as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos;

III - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal;

IV - as sanções previstas nos incisos I e III, desta Cláusula, também serão aplicadas à CONTRATADA que, em razão de contrato regido pela Lei n.º 8.666/93, tenha:

a) sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos,

Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública Municipal em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 – O presente CONTRATO será rescindido se durante sua execução for observado qualquer dos seguintes motivos:

a - o não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusula contratual;

b - a lentidão ou atraso injustificado no fornecimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da CONTRATADA de cumprir os prazos



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

estipulados;

c - a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à

CONTRATANTE;

d - a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a associação deste CONTRATO com outrem, como também a fusão, cisão ou incorporação;

e - o desatendimento das determinações regulares do servidor designado para o acompanhamento e fiscalização da sua execução;

VI - o cometimento reiterado de faltas na sua execução;

VII - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VIII - a dissolução da sociedade, a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do CONTRATO;

IX - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela Comissão Permanente de Licitação;

X- a supressão, pela CONTRATANTE, do objeto contratado, acarretando modificações no valor inicial do CONTRATO além de 25% (vinte e cinco por cento);

XI - a suspensão de sua execução, por ordem escrita, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento de indenização, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão até que seja normalizada a situação;

XII - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos pelos serviços prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão até que seja normalizada a situação;

XIII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do CONTRATO.

§ 1º - A rescisão motivada nos dispositivos dos incisos I a VIII, não dá direito à CONTRATADA de qualquer indenização ou ressarcimento de prejuízo alegado.

§ 2º - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º - O CONTRATO poderá ser rescindido por acordo entre as partes, independente de interpelação judicial ou extra judicial, mediante simples aviso escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 4º - O CONTRATO poderá ainda, ser rescindida antes do prazo constante na Cláusula quinta



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

deste instrumento, sem qualquer tipo de penalidade, mediante aviso da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Conceição do Castelo/ES, para dirimir quaisquer dúvidas ou contestações oriundas direta ou indiretamente deste Instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente CONTRATO em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

Conceição do Castelo, ES, 18 de abril de 2018

CHRISTIANO SPADETTO
Prefeito de Conceição do Castelo, ES- Contratante

SANDRA REGINA LUPIM SANTOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- Contratante

COSTA CAMARGO COMERCIO DE PRODUTO HOSPITALARES LTDA
FELIPPE DAVID MELLO FONTANA

Representante da Empresa Contratada

TESTEMUNHAS



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

DADOS DO CONTRATO

PROCESSO Nº	1.711/2018 1.838/2018 1.839/2018 1.760/2018 1.708/2018 1.754/2018 1.709/2018 1.712/2018 2.404/2018 1.710/2018	DATA	2018	TERMO DE CONTATO Nº	030/2018 031/2018 032/2018 033/2018 035/2018 036/2018 037/2018 038/2018 039/2018 040/2018 041/2018 042/2018 043/2018 044/2018
UNIDADE GESTORA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO			CNPJ	27.165.570/0001-98
VALOR DO CONTRATO	R\$ 33.531,60 R\$ 22.200,00 R\$ 10.703,00 R\$ 26.276,20 R\$ 6.750,00 R\$ 25.920,00 R\$ 25.888,00 R\$ 40.232,50 R\$ 2.685,00 R\$ 5.715,00 R\$ 132,00 R\$ 57.947,00 R\$ 68.735,20 R\$ 33.531,60 R\$ 2.527,50	VIGÊNCIA	030/2018 031/2018 032/2018 033/2018 035/2018 036/2018 037/2018 038/2018 039/2018 040/2018 041/2018 042/2018 043/2018 044/2018	16 de abril de 2018 A 31 de dezembro de 2018. 17 de abril de 2018 A 31 de dezembro de 2018. 18 de abril de 2018 A 31 de dezembro de 2018.	



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

			045/2018	19 de abril de 2018 A 31 de dezembro de 2018.
CONTRATADO	030/2018- COFARMINAS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA			
	031/2018-AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA			
	032/2018-COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA,			
	033/2018- COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA			
	035/2018-COSTA CAMARGO COMERCIO DE PRODUTO HOSPITALARES LTDA			
	036/2018-COSTA CAMARGO COMERCIO DE PRODUTO HOSPITALARES LTDA			
	037/2018- DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			
	038/2018- DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			
	039/2018- DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA			
	040/2018- DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA			
	041/2018- GOLDEN FARM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA			
	042/2018- HOSPIDROGAS COM. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			
	043/2018- HOSPIDROGAS COM. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			
	044/2018- ONCOVIT DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA			
	045/2018- DROGMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME			
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS- ADESAO A ATA DE REGSTRO DE PREÇOS DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE (FMS)			

Dispõe sobre a designação de Fiscal para assistir e subsidiar o gestor do contrato indicado na epígrafe e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Conceição do Castelo, no uso das atribuições conferidas no art. 71 da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Designar o servidor **MARCELO GOMES DE ARAUJO**, Matrícula nº 000854, portador do CPF nº 407.208.456-53, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, fiscal dos termos de contratos n.ºs 030/2018; 031/2018; 032/2018; 033/2018; 035/2018; 036/2018; 037/2018; 038/2018; 039/2018; 040/2018; 041/2018; 042/2018; 043/2018; 044/2018; 045/2018, que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas no Decreto nº 2.376 e 2.453/2014, devendo ainda:

I - Armazenar em pasta eletrônica cópia do termo contratual e todos os seus aditivos, apostilamentos e planilha de custos e formação de preços atualizada, se existentes, juntamente com outros documentos capazes de dirimir dúvidas, a respeito do cumprimento das obrigações assumidas pelas partes, e que o auxilie no acompanhamento da execução dos serviços contratados.

II - Acompanhar "*in loco*" a execução do objeto do contrato, apontando as faltas cometidas pelo contratado e, se for o caso, promover os registros.

III - Elaborar registro próprio e individualizado em que conste o controle do saldo residual e as informações das determinações necessárias à regularização das faltas, falhas ou defeitos observados.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

- IV** - Determinar a correção e readequação das faltas cometidas pelo contratado e informar ao gestor do contrato quando as medidas corretivas ultrapassarem sua competência.
- V** - Manter contato com o preposto ou representante da Contratada, durante toda a execução do contrato, com o objetivo de garantir o cumprimento integral das obrigações pactuadas.
- VI** - Esclarecer as dúvidas do preposto ou representante da Contratada, direcionando-as, quando for o caso, ao gestor do contrato ao qual o Fiscal está vinculado.
- VII** - Controlar todos os materiais necessários à perfeita execução do objeto contratado no tocante à qualidade e quantidade.
- VIII** - Exigir que a Contratada mantenha, permanentemente, o bom estado de limpeza, organização e conservação nos locais onde serão executados os serviços.
- IX** - Proibir a execução, por parte dos funcionários da Contratada, de serviços diferentes do objeto do contrato, tais como: comercialização de produtos, prestação de serviços, dentre outros.
- X** - Proibir, nos locais onde serão executados os serviços, a permanência de materiais, equipamentos e pessoas estranhas ao objeto do contrato.
- XI** - Acompanhar os prazos de execução e de entrega de material (observar forma e local determinados no contrato).
- XII** - Solicitar aos responsáveis em cada localidade relatório de acompanhamento dos serviços contratados, quando o contrato contemplar a execução de serviços em diversas localidades.
- XIII** - Anotar no "Formulário Acompanhamento da Execução dos Serviços Contratados", **Anexo D do Decreto nº 2.376 e 2.453/2014**, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, em especial as que repercutem na qualidade do objeto e que acarretam retenção no pagamento.
- XIV** - Nos contratos de prestação de serviços, solicitar à Contratada, mediante notificação formal e devidamente motivada, por meio do "Formulário Substituição de Funcionário" (**Anexo E do Decreto nº 2.376 e 2.453/2014**), a substituição, de acordo com os prazos determinados, de qualquer funcionário com comportamento julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse do Município. Poderá, por iguais motivos, ser solicitada também a substituição do preposto.
- XV** - Buscar esclarecimentos e soluções técnicas para as ocorrências que surgirem durante a execução dos serviços e antecipar-se na solução de problemas que afetem a relação contratual, tais como: greve de pessoal, não pagamento de obrigações com funcionários, dentre outros.
- XVI** - Não atestar a Nota Fiscal enquanto não for cumprida a total execução, entrega ou correção dos bens ou serviços.
- XVII** - Verificar se os serviços foram subcontratados, sendo permitida a subcontratação parcial do objeto (nunca total) mediante previsão contratual.
- XVIII** - Caso a execução não esteja plenamente de acordo com o disposto no contrato, avaliar a necessidade de readequação deste, mediante termo aditivo. Caso a readequação seja necessária, encaminhar ao gestor do contrato, documento apontando as alterações necessárias acompanhado das justificativas pertinentes.
- XIX** - Nos casos em que for constatada falha na execução, não havendo acordo de níveis de serviço ou a readequação contratual não for necessária, realizar as glosas mediante o "Formulário de Glosa" (**Anexo F do Decreto nº 2.376 e 2.453/2014**), de acordo com os percentuais determinados.
- XX** - Comunicar por escrito ao gestor do contrato a ocorrência de danos causados pela Contratada ao Município ou a terceiros durante toda a execução do contrato, mediante preenchimento do "Formulário Solicitação de Esclarecimentos e Providências" (**Anexo G do Decreto nº 2.376 e 2.453/2014**).
- XXI** - Atestar, quando for o caso, para fins de restituição da garantia, que a Contratada cumpriu integralmente todas as obrigações contratuais, inclusive as trabalhistas e previdenciárias.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

XXII – Preencher o “Formulário de Solicitação de Pagamento” (**Anexo H do Decreto nº 2.376 e 2.453/2014**) e providenciar a autuação do processo ou encaminhar ao setor responsável. Para os contratos de prestação de serviços continuados, abrir um processo de pagamento para cada mês.

XXIII - Conferir a documentação apresentada para pagamento, utilizando o “Formulário *CheckList*” (**Anexo I do Decreto nº 2.376 e 2.453/2014**), a fim de verificar se há alguma divergência com relação ao serviço prestado, erro ou rasura, adotando as medidas necessárias para a solução da pendência detectada, antes de atestá-la e encaminhá-la para pagamento.

XXIV – Verificar se as condições de pagamento do contrato foram obedecidas, o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi fornecido, se existem elementos que justifiquem o desconto do valor da Nota Fiscal/Fatura, se foi observado o que dispõe o contrato nos casos de instalação ou teste de funcionamento e se a Nota Fiscal tem validade e está completamente preenchida.

XXXV - Procedidas as verificações, o fiscal deverá atestar se a prestação do serviço ou o recebimento dos bens está de acordo com o contrato.

Na ausência do servidor supra designado, fica designada como suplente a servidora **KEILA DEPRÁ MARETO LACERDA**, matrícula nº 000324, lotado (a) na Secretaria Municipal Saúde.

Conceição do Castelo, ES, 19 de abril de 2018.

CHRISTIANO SPADETTO
Ordenador de Despesas

CIÊNCIA DO(A) SERVIDOR(A) DESIGNADO(A)

Eu **MARCELO GOMES DE ARAUJO**, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal

CIÊNCIA DO(A) SERVIDOR(A) DESIGNADO(A)

Eu servidora **KEILA DEPRÁ MARETO LACERDA**, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Suplente